

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LAURA CREMA GARMATTER

**CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR): INSTRUMENTO AGRÁRIO QUE VISA
O PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO DA PROPRIEDADE RURAL.**

CURITIBA

2015

LAURA CREMA GARMATTER

**CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR): INSTRUMENTO AGRÁRIO QUE VISA
O PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO DA PROPRIEDADE RURAL.**

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção de grau de Especialização no Curso de MBA em Gestão do Agronegócio. Departamento de Economia Rural, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof: MSc.Alessandro Panassolo.

CURITIBA

2015

AGRADECIMENTOS

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para realização do presente trabalho.

Ao meu marido Leonardo, pela paciência.

Aos meus pais Regina e Reynaldo pelo apoio constante durante o curso e realização do trabalho.

Ao Professor orientador Alessandro Panassolo pela orientação, dedicação e auxílio.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- ÁREAS DE APPs CONSOLIDADAS AO LONGO DE CURSOS D'ÁGUAS NATURAIS.....	25
QUADRO 2 - ÁREAS DE APPs CONSOLIDADAS NO ENTORNO DE LAGOS E LAGOAS NATURAIS.....	26

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 OBJETIVOS.....	8
3 MATERIAL E MÉTODOS.....	9
4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	10
4.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA.....	10
4.1.1 A Evolução da Legislação Florestal no Brasil.....	10
4.1.2 O Meio Ambiente na Constituição de 1988; a Busca ao Desenvolvimento Sustentável.....	15
4.2 O NOVO CÓDIGO FLORESTAL, LEI 12.651/2012.....	18
4.2.1 Polêmicas e a Sanção do Novo Código Florestal.....	19
4.2.2 Principais Alterações da Reforma.....	22
4.2.3 Aspectos Positivos e Negativos do Novo Código.....	26
4.3 O CADASTRO AMBIENTAL RURAL – CAR.....	33
4.3.1 Conceito e Características.....	33
4.3.2 Objetivos do Instituto e Requisitos para Inscrição do Imóvel Rural no CAR.....	36
4.3.3 Efeitos da Inscrição do Imóvel Rural no CAR e as Consequências da não Inscrição.....	41
5 RESULTADO E DISCUSSÕES.....	44
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS.....	49

RESUMO

O Cadastro Ambiental Rural (CAR), criado pela Lei 12.651/2012 (conhecida como Novo Código Florestal), obrigatório para todos os imóveis rurais, é um registro público eletrônico que busca integrar informações ambientais de todas as propriedades e posses rurais em âmbito nacional para compor uma base de dados com intenção de monitoramento, controle, planejamento econômico e ambiental e combate do desmatamento, nos termos do art. 29 da Lei 12651/2012. A presente pesquisa compreendeu e esmiuçou o instrumento do Cadastro Ambiental Rural, trouxe informações, demonstrou a sua utilização e importância para o desenvolvimento sustentável do agronegócio. Primeiramente, foi investigado o histórico da legislação florestal no Brasil e demonstrado a previsão Constitucional da busca ao uso racional e sustentável do meio ambiente como um direito essencial a todos os cidadãos. Em seguida, identificaram-se as principais discussões e polêmicas até a aprovação do texto final do Novo Código Florestal, bem como as principais mudanças e inovações instituídas pelo novo código, relacionando seus aspectos positivos e negativos. Por último, foram demonstrados conceitos, origem e características do CAR, objetivos e requisitos de elaboração do instrumento para, finalmente, serem listados os efeitos de sua inscrição, bem como apontadas as principais consequências da sua não realização dentro do prazo estabelecido em lei. A metodologia aplicada no trabalho foi a pesquisa bibliográfica extensa sobre o tema por meio de revisão de literatura, artigos, livros, manuais, cartilhas, periódicos, revistas, jurisprudência, legislação constitucional e infraconstitucional, jornais, informativos e internet. O presente estudo é de extrema importância para todos os proprietários e possuidores de áreas rurais bem como para profissionais que prestam assessorias sobre o agronegócio, na medida em que irá informar e disseminar o conhecimento sobre este instrumento obrigatório instituído pela nova legislação ambiental. O tema é fundamental para que produtores adéquem suas propriedades, reflitam e ajam de forma sustentável, visando à manutenção e garantia de um meio ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações.

Palavras-Chave: Cadastro Ambiental Rural. Meio Ambiente. Sustentabilidade. Novo Código Florestal.

ABSTRACT

The Rural Environmental Registry (CAR), created by Law 12,651 / 2012 (known as New Forest Code), mandatory for all rural properties, is an electronic public record that seeks to integrate environmental information of all rural properties and possessions nationwide to compose a database with the intention of monitoring, control, economic and environmental planning and combat deforestation, pursuant to art. 29 of Law 12651/2012. This research included and breaks in pieces the instrument Rural Environmental Registry, brought information demonstrated its use and importance for sustainable development of agribusiness. First, the history of forest legislation in Brazil and demonstrated the Constitutional forecast search the rational and sustainable use of the environment was investigated as an essential right for all citizens. Then identified the main discussions and polemics to the approval of the final text of the New Forest Code as well as the main changes and innovations introduced by the new code, relating its positive and negative aspects. Finally, concepts were demonstrated, origin and characteristics of the CAR, objectives and instrument development requirements for finally being listed the effects of their application as well as identified the main consequences of not performing within the time prescribed by law. The methodology used in the study was the extensive literature on the topic through literature review, articles, books, manuals, booklets, newspapers, magazines, jurisprudence, constitutional and infra-constitutional legislation, newspapers, newsletters and internet. This study is extremely important for all owners and possessors of rural areas as well as for professionals who provide advisory services on agribusiness, in that it will inform and disseminate knowledge about this mandatory tool introduced by new environmental legislation. The issue is critical for producers suited their properties, think and act sustainably, in order to maintain and guarantee an ecologically balanced environment for the present and future generations.

Keywords: Rural Environmental Registry. Environment. Sustainability. New Forest Code.

1 INTRODUÇÃO

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um instrumento criado pela Lei 12.651/2012 (conhecida como Novo Código Florestal), obrigatório para todos os imóveis rurais, que por meio do registro público eletrônico busca integrar informações ambientais de todas as propriedades e posses rurais em âmbito nacional para compor uma base de dados com intenção de monitoramento, controle, planejamento econômico e ambiental e combate do desmatamento.

O principal objetivo da realização do cadastro é identificar e compor uma base de dados sobre as informações dos imóveis rurais, referentes ao seu perímetro e localização, aos remanescentes de vegetação nativa, às áreas de interesse social, às áreas de utilidade pública, às áreas de preservação permanente, às áreas de uso restrito, às áreas consolidadas e às Reservas Legais.

Por meio do CAR será possível traçar um verdadeiro mapeamento da realidade ambiental dos imóveis rurais em âmbito nacional, com uma real identificação da situação de desmatamento e degradação ambiental, o que possibilitará uma fiscalização efetiva e pontual, bem como planejamento para restauro e cuidado das áreas degradadas.

A pretensão do presente trabalho é investigar como funciona essa medida criada pelo Novo Código Florestal para monitorar e regularizar as propriedades rurais no Brasil e combater a degradação ambiental.

O cadastramento trará oportunidade a todos os produtores que estão utilizando suas propriedades de maneira irregular a adequarem o seu imóvel de forma legal e assim evitar autuações, infrações administrativas e multas.

Assim, a escolha do presente tema justifica-se pela sua relevância, atualidade, urgência de conhecimento e informação.

A pesquisa é de suma importância para todos os proprietários de áreas rurais e pessoas que prestam assessoria sobre o agronegócio, na medida em que pretende informar e disseminar o conhecimento sobre este instrumento obrigatório instituído pela nova legislação ambiental.

O tema é fundamental para que produtores adéquem suas propriedades, reflitam e ajam de forma sustentável, visando a manutenção e garantia de um meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações.

2 OBJETIVOS

O objetivo geral da presente pesquisa é apresentar o instrumento do Cadastro Ambiental Rural (CAR) como uma medida sustentável criada pela Lei 12.651/2012, cuja finalidade é integrar informações das propriedades rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate à degradação ambiental.

Os objetivos específicos da pesquisa são os seguintes:

- a) apresentar uma síntese da legislação florestal brasileira e da previsão Constitucional do meio ambiente como um direito essencial a todos os cidadãos;
- b) expor as principais discussões e polêmicas até a aprovação do texto final do Novo Código Florestal;
- c) descrever os conceitos, características do CAR, justificativas de implantação, efeitos e benefícios de inscrição;
- d) apontar as principais consequências da ausência de inscrição do imóvel dentro do prazo estabelecido em lei.

3 MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia utilizada para desenvolvimento do presente trabalho incluiu extensiva pesquisa bibliográfica acerca da evolução histórica da legislação florestal no Brasil, sobre a aprovação e polêmicas do novo Código Florestal (Lei 12.651/2012) bem como as principais alterações trazidas pela nova legislação. Por fim, pesquisaram-se fontes bibliográficas sobre o instituto do Cadastro Ambiental Rural (CAR), a respeito de seus conceitos, características e efeitos da inscrição.

As fontes bibliográficas utilizadas integram artigos, livros, manuais, cartilhas, periódicos, revistas, jurisprudência, legislação constitucional e infraconstitucional, jornais, informativos e internet.

4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

4.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Faz-se necessário para completa compreensão do presente trabalho e das justificativas que levarão à criação do CAR, apresentar um relato histórico sobre a legislação florestal no Brasil e seus desdobramentos de acordo com as necessidades e momentos vivenciados pela sociedade brasileira.

4.1.1 A Evolução da Legislação Florestal no Brasil

No Brasil, seja na época do império, colônia ou república sempre vigorou a percepção intervencionista do Poder Público sobre a propriedade e preservação florestal no país. O Estado impõe, criando normas, leis e regulamentos; as condutas preservacionistas aos particulares proprietários ou arrendatários de terra, que devem cumpri-las sob pena de sofrerem sanções administrativas e criminais.

A exploração do Pau Brasil foi a primeira atividade econômica desenvolvida pelos portugueses em terras brasileiras. Madeira abundante de cor avermelhada, era utilizada para extração de pigmentos aproveitados para tingir tecidos e na fabricação de tintas aplicadas em desenhos e pinturas, atividade que perdurou por 3 (três) décadas e que levou a quase a extinção da espécie nas matas.

Em 1530 iniciou-se a colonização a partir da implantação das Capitânicas Hereditárias, que foram uma forma de administração territorial implantada pela Coroa portuguesa, a qual realizava a doação de lotes de terras à particulares com a função de colonizar e explorar estas áreas.

As primeiras regulamentações florestais estavam contidas nas Cartas de Doações e nos Forais¹, ao tempo das Capitânicas Hereditárias. Depois, no Regimento do Governador-Geral Thomé de Souza, de 1548, para, finalmente em 1605, ser editada a primeira lei brasileira exclusivamente florestal: o “Regimento sobre o Pau-Brasil” (WAINER, 1993, p.12).

O escopo do Regimento era limitar a oferta da madeira na Europa, manter os preços em alta e fixar a exploração da espécie em 600 toneladas por ano. O

¹ Foral é uma “carta soberana que, regulando a administração de uma localidade, lhe dava certas regalias” (Dicionário Aurélio on line, disponível em: <http://dicionariodoaurelio.com/foral>, acesso em: 18/08/2015).

objetivo, portanto, era racionalizar o extrativismo e também evitar o desaparecimento das matas brasileiras (RESENDE, 2006, p. 32).

Porém, a eficácia e veiculação do Regimento eram difíceis em razão da grande extensão territorial do país e porque o mesmo apenas protegia o Pau-Brasil, de modo que, para proteger outras espécies, foram editadas várias leis esparsas.

Com a ordem de explorar e colonizar emanada da Coroa iniciou-se o plantio das monoculturas com os ciclos da cana de açúcar e depois do café. Segundo Resende (2006, p.42):

A colonização do Brasil foi pautada por uma ocupação irracional da costa brasileira através da fundação de vilas, cidades e portos causando os primeiros sinais de desmatamento. O modelo de colonização adotado buscava manter o domínio territorial e desenvolver a agricultura.

Em 1800 foi promulgada a Carta Régia, a qual determinava que os proprietários deveriam conservar todas as espécies de interesse da Coroa numa faixa de 10 léguas da costa. Portanto, os governos das capitanias tinham autoridade para permitir o corte daquilo que era necessário ao consumo legal.

O período do Brasil Império (1822-1889) não foi diferente, pois também predominou a expansão do setor agrícola, derrubada das matas, abertura de grandes latifúndios, extrativismo vegetal e mineral. A abundância dos recursos naturais era tanta que ninguém se preocupava com o uso racional de solo, água ou madeira.

Segundo Wainer:

Mesmo após a Independência do Brasil, as leis que visavam à conservação das florestas de nada valiam. Não existia uma conscientização coletiva, no sentido de respeitá-las, fazendo com que fossem cumpridas. O problema era bilateral, pois estava tanto na falta de civismo do corpo administrativo, quanto na falta de civilidade por parte da população (1993, p.13).

Nessa época, a grande preocupação pela preservação das florestas era garantir o estoque de madeira para uso principalmente na construção civil, lenhas para abastecer fogões e carvão para máquinas a vapor (LEÃO, 2011, p. 16).

O período imperial foi caracterizado por uma política liberal e voltada a promover a rápida colonização. Com o avanço das plantações, as florestas ficaram cada vez mais distantes das cidades, o que encarecia o custo de transporte da madeira e lenha.

De outro lado havia a preocupação com a escassez e devastação desenfreada. Para conter abusos, foram promulgadas leis e decretos revestidos de caráter restritivo ou regulamentar quanto à exploração dos recursos florestais. Como exemplo cita-se o Código Criminal de 1830, que estabeleceu penas para o corte ilegal de árvores, e o Decreto nº 4887 de 1872, que regulou sobre a atividade florestal particular no comércio legal de madeiras – nasce a primeira empresa privada especializada no corte de madeira (Companhia Florestal Paranaense, com sede no Rio de Janeiro) (KENGEN, 2001,p.21).

No período da República Velha (1889-1930) também predominou o descaso com a questão florestal. A Constituição Republicana promulgada em 1891 foi liberal em sua essência, garantiu aos Estados total autonomia e poder ilimitado aos proprietários quanto à propriedade, podendo, estes, desmatarem o quanto desejassem.

Porém, o avanço do desmatamento para implantação da cafeicultura e agropecuária de forma completamente desmedida e sem técnicas, despertava no governo a necessidade de conservação dos recursos florestais. Era urgente que se editasse legislação que regulasse o uso das terras e sua conservação, bem como a exploração de madeiras.

Neste contexto, institui-se o primeiro Código Florestal, via Decreto 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Visando principalmente evitar a escassez da madeira, a nova legislação determinou que os proprietários rurais mantivessem 25% (vinte e cinco por cento) de suas áreas com vegetação original, nativa. Essa regra era chamada de “quarta parte”; porém, não foram especificadas quais áreas deveriam ser preservadas (margem de rios entorno de nascentes, encostas).

Ainda, o Código visava o estímulo da produção madeireira e de produtos florestais, assegurando o acesso perene aos recursos naturais em contexto com o desenvolvimento nacional (ANTUNES, 2013, p.15).

O Código de 1934 foi intervencionista, fez severas restrições à propriedade privada e introduziu dispositivos de natureza penal. Ainda, classificou as florestas em: protetoras, remanescentes, modelo e de rendimento, bem como introduziu a noção de Áreas Reservadas (Parque Nacional, Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais e Florestas Protetoras).

Porém, novamente, pela inércia, por displicência e também resistência passiva e deliberada das autoridades e particulares, houve imensa dificuldade para a efetiva implementação da nova norma. (REZENDE, 2006, p.77).

Segundo Freitas (2005), até a década de 50 não existiam obras de direito no Brasil tratando especificamente de recursos florestais, apenas algumas leis e o Código Florestal de 1934.

Esta década foi marcada pelo esforço do Governo em transformar a economia brasileira de agrícola para industrial. Um dos pré-requisitos da industrialização era o suprimento regular de matéria prima. Desta forma, o setor privado passou a demandar a concessão de financiamentos baseados em taxas de juros compatíveis com a atividade florestal ou incentivos fiscais para o reflorestamento (KENGEN, 2001, p.24).

Já a década de 60 trouxe grandes mudanças à área florestal, principalmente a partir de 1964 com a instauração do Regime Militar, momento em que o novo regime promove uma profunda reorganização das estruturas políticas, econômicas e administrativa do país. O novo modelo tinha como principal objetivo a modernização do Estado Brasileiro.

A origem desta grande mudança nasce com a edição do Código Florestal em 15 de setembro de 1965 através da Lei 4771, que veio aperfeiçoar o Código Florestal de 1934. A grande inovação trazida pela Lei foi declarar as florestas nacionais como bens de interesse comum de toda a população.

Kengen (2001, p. 24) traça um comparativo dos dois Códigos:

Comparada à norma de 1934, o novo Código Florestal apresenta um viés intervencionista, ao permitir ao Estado uma interferência direta e ostensiva na proteção às florestas, em defesa dos interesses coletivos. Dessa forma, o uso da propriedade fica restringido e subordinado ao interesse da coletividade, de tal forma que a função protetora da floresta, na propriedade privada, passa constituir restrição não-indenizável. Na legislação anterior, o direito de propriedade era praticamente ilimitado, uma vez que a indenização era obrigatória para qualquer tipo de limitação ao uso da propriedade privada. É interessante, contudo, notar que essa intervenção estatal direta na propriedade privada, a fim de proteger as florestas, não chega a constituir propriamente uma novidade, podendo constatar, pela revisão acima, que a legislação florestal brasileira foi sempre caracterizada por certo grau de intervencionismo.

Proteção e desenvolvimento florestal foram as duas frentes políticas definidas pelo Código de 1965. Para linha de proteção a norma: a) estabelece as florestas de preservação permanente; b) define as áreas de reserva legal; c) cria as

unidades de conservação; d) disciplina o uso do fogo, e) amplia a estrutura de fiscalização. Já para a área de desenvolvimento florestal: a) define normas básicas para o uso racional de florestas (naturais e plantadas); b) formula o conceito de reposição florestal obrigatória e; c) estabelece estímulos fiscais e financeiros para as áreas cobertas por florestas. Por fim, estabelece disposições penais e processuais de forma mais célere e objetiva.

Para Ahrens (2003, p. 09.) o Código Florestal de 1965 não tinha apenas o propósito de proteger as florestas, mas também outros elementos como: a) os solos - contra erosão (art. 2º, incisos d, e, f, g; Art. 3º; e art. 10); b) as águas, os cursos d'água e seus reservatórios naturais ou artificiais - contra o assoreamento com sedimentos e detritos resultantes da ação dos processos erosivos dos solos (art. 2º, incisos a, b, c); c) a continuidade de suprimento e a estabilidade dos mercados de lenhas e madeiras - contra a falta de matéria-prima lenhosa (arts. 16,19,20,21 e 44).

A partir dos anos 70 iniciou-se um grande movimento ambientalista que começou a exprimir uma nova percepção sobre o papel e importância florestal. Como desdobramento da Conferência de Estocolmo, ocorrida em 1972, o Governo Federal criou em 1973 a SEMA- Secretaria Especial do Meio Ambiente; cujo objetivo era dotar a administração pública federal de um espaço institucional destinado à gestão dos recursos ambientais.

Porém, de outro lado, havia um grande incentivo para a implantação de grandes fazendas voltadas a pecuária e expansão da fronteira agrícola em direção a Amazônia, inclusive com projetos de colonização e aberturas de estradas na região, como a Transamazônica.

Em 31 de agosto de 1981 através da Lei 6938 foi instituída a Política Nacional do Meio Ambiente, norma que se transformou no principal instrumento de gestão ambiental no Brasil, definiu o papel do Poder Público e outorgou novas responsabilidades ao setor privado no tocante a proteção do meio ambiente e criou o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), formado por órgão responsável pela proteção do meio ambiente em níveis federal, estadual e municipal. A sua finalidade era promover, disciplinar e avaliar a implementação da Política Nacional do Meio Ambiente.

Finalmente, a Constituição Federal de 1988, refletiu um grande debate nacional sobre a problemática florestal/ambiental e sua inserção no contexto da gestão do meio ambiente. Nesse sentido, a Carta Magna dedicou o capítulo VI sobre

o tema, abordando em particular a questão florestal. Assunto que será tratado especialmente no próximo título.

4.1.2 O Meio Ambiente na Constituição de 1988: a Busca ao Desenvolvimento Sustentável.

No Art. 225², a Constituição Federal de 1988 agasalhou a obrigação de se levar em conta o desenvolvimento sustentável ao impor ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

Esse artigo trata do meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito fundamental de todos, bem difuso, onde todos devem respeito e preocupação no sentido de preservação e manutenção, pois somente através de um meio ecologicamente equilibrado é possível a garantia de uma essencial qualidade de vida. José Afonso da Silva (1997, p.36) bem explica:

(...) o combate aos sistemas de degradação do meio ambiente convertera-se numa preocupação de todos. A proteção ambiental, abrangendo a preservação da natureza em todos os seus elementos essenciais a vida humana e à manutenção do equilíbrio ecológico, visa tutelar a qualidade do meio ambiente em função da qualidade de vida, como uma forma de direito fundamental da pessoa humana.

Princípio imprescindível à luz deste trabalho o desenvolvimento sustentável tem por objeto o crescimento econômico em total equilíbrio com o desenvolvimento ambiental, ou seja, progresso efetivo, mas consciente, de modo que haja planejamento, sustentabilidade, para que os recursos hoje existentes não se esgotem ou se tornem inócuos às futuras gerações.

Há de ser levado em conta, portanto, quando se tem por objetivo o desenvolvimento sustentável, os seguintes aspectos:

(i) os benefícios às presentes e futuras gerações; (ii) os diferentes contextos socioeconômicos abordados; (iii) as condições de cada Parte; (vi) os programas nacionais de desenvolvimento e sua vinculação à totalidade do desenvolvimento sustentável, de tal modo que se associem os avanços nas áreas econômica, social e ambiental, nacional e internacionalmente.(SILVA, 1997, p.36)

² Art. 225 CF: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Nesta seara, é imprescindível observar a proteção ambiental e a sustentabilidade conciliados com os demais preceitos fundamentais³ previstos em nossa Carta Magna tais como: da dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, da garantia do desenvolvimento nacional, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Portanto, não basta interpretar a legislação ambiental de forma isolada, sob proteção única dos recursos naturais, é fundamental a necessidade de salvaguardar também outros direitos, notadamente aqueles relacionados às pessoas que desenvolvem suas atividades em áreas rurais, visando sobretudo garantir-lhes uma vida minimamente digna, em um ambiente socialmente justo e economicamente viável (PAPP, 2011, p.432).

Conforme observado no início da pesquisa, desde a época do descobrimento do país, inexistiu o dever de cuidar do meio ambiente, pois se imaginava que suas fontes eram infinitas e inesgotáveis. Neste aspecto, o desenvolvimento e a sustentabilidade seriam valores antagônicos entre si, de modo que, aparentemente, seria impossível a aplicação de ambos simultaneamente.

É o Homem destruindo seu próprio meio em razão de um capitalismo selvagem, em prol de um crescimento econômico desmedido, o qual, em nenhum momento, leva em conta a possibilidade de cumulação entre o produzir e o preservar, o satisfazer e o proteger.

Neste aspecto, o que se objetiva com a aplicação do desenvolvimento sustentável não é impedir o progresso, mas atrelá-lo aos parâmetros de sustentabilidade, de modo a propiciar a desenvoltura de uma sociedade equilibrada, na qual a satisfação econômica e social seja proporcionada de forma justa e inteligente.

Welber Barral e Luiz Otávio Pimentel (2006, p.27), por sua vez, fazem considerações pertinentes ao descrever os requisitos para a implantação deste princípio:

- i) Um sistema político que assegure a democracia representativa; ii) um sistema econômico que possa gerar excedentes e desenvolvimento técnico em base constante; iii) um sistema social que possa resolver as tensões causadas pela opção de crescimento a qualquer custo; iv) e um sistema de produção que respeite a obrigação de preservar a base ecológica do desenvolvimento, evitando o agravamento do processo de entropia global.

³ Preceitos fundamentais previstos nos Arts. 1º e 3º da Constituição de 1988.

Neste contexto, a necessidade de tutela do meio ambiente se tornou cada vez mais imprescindível, principalmente levando-se em conta o aumento da degradação ambiental, a qual só se agravou com o desenvolvimento industrial, social e econômico.

Observou-se que a intenção não poderia ser a simples frenagem ou suspensão da produção e do desenvolvimento econômico, mas sim a implantação de um crescimento baseado nos limites suportáveis pelo meio ambiente, minimizando e procrastinando os efeitos negativos à natureza.

Leonardo Papp afirma que somente com a adequada consideração conjunta e conciliada dos aspectos ambientais, sociais e econômicos envolvidos na aplicação do Código Florestal é que poderão conduzir a revisão da legislação de modo constitucionalmente adequado (2011,p.432).

Foi exatamente com essas premissas que em 25 de maio de 2012 foi sancionada a Lei 12.651, chamada de “Novo Código Florestal.”

O ilustre advogado Antônio de Azevedo Sodré, que também é produtor rural, sintetiza de forma bastante clara:

O novo código Florestal é complexo. Abrange não apenas a preservação das florestas e demais formas de vegetação nativa, mas ao buscar definir instrumentos ligados ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, avança sobre outros direitos fundamentais, como o direito a vida da pessoa humana e a necessidade de alimentos, bem como o direito a propriedade, o direito a livre iniciativa, ou seja, em síntese, afeta o desenvolvimento socioeconômico do país. Todos esses direitos fundamentais são absolutamente necessários para alcançar a dignidade da pessoa humana. Não por outra razão foram elevados, em nossa Constituição Federal, à condição de direitos fundamentais. (2013, p.03)

Segundo Stephanes, a edição do novo código além de ser fruto de amplo debate democrático, considerou a ciência e os avanços tecnológicos da agricultura para produção de alimentos de forma sustentável (2012, p.13).

No próximo capítulo serão elencadas as principais polêmicas e discussões enfrentadas entre os ambientalistas e a chamada bancada ruralista até a sanção efetiva da Presidenta Dilma do novo Código. Ainda, restarão demonstradas as principais alterações da reforma e finalmente, os pontos positivos e negativos da nova Lei.

4.2 O NOVO CÓDIGO FLORESTAL, LEI 12.651/2012

O Novo Código Florestal surgiu após uma longa série de debates, discussões e trabalhos desenvolvidos entre congressistas, a sociedade civil e o governo. Depois de mais de uma década de tramitação no Congresso Nacional, a legislação ora estabelecida cria um marco legal coerente com as demandas de um país em desenvolvimento e garante aos produtores mais tranquilidade no exercício das suas atividades e principal objetivo de sua profissão: trabalhar e produzir dentro da lei.

Com a edição do Novo Código Florestal o Brasil ganhou uma legislação ambiental voltada para o setor agropecuário, que considerou a ciência e os avanços tecnológicos da agricultura para a produção de alimentos de forma sustentável.

Segundo Stephanes, muitos equívocos foram cometidos na elaboração da legislação ambiental das últimas décadas, pois a grande maioria foi elaborada sem a participação e discussão de parlamentares, organismos institucionais ou representantes de produtores, ressalvadas as Organizações não Governamentais (ONGs), que, normalmente são aliadas do próprio Ministério do Meio Ambiente. Desta forma, a legislação afastava a ciência das decisões e era contaminada pelo discurso ideológico e doutrinário (2012.p. 14).

Caso fossem cumpridas estas normas, metade dos produtores brasileiros estaria na irregularidade e poderia ser criminalizado. Ainda, segundo o mesmo autor, um milhão de pequenos e médios produtores perderia a condição de produzir e as propriedades seriam incorporadas pelos maiores. Ocorreria, portanto, uma reforma agrária ao inverso.

Foi realizado um mapeamento geral da aplicação da legislação anterior que somou todas as áreas de APPs⁴ e Reserva Legal⁵, Terras indígenas, Unidades

⁴ “II- Área de Preservação Permanente (APP): área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas”. (Art. 3º da Lei 12.651/2012) Como exemplos cita-se beira de rios, entorno de lagos, nascentes, olhos d’água, reservatórios artificiais, topo de morros, restingas, manguezais, etc.).

⁵ “III- Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art.12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa.” (Art. 3º da Lei 12.651/2012)

de Conservação e Áreas para Conservação de Biodiversidade e concluiu-se que mais de 70% do território estaria inviabilizado para atividade agrícola.

Desta forma, o grande desafio de todo debate acerca do Novo Código Florestal foi mostrar à sociedade que as alterações não objetivavam o desmatamento e que os produtores são os principais interessados na preservação dos rios, da vegetação, das águas e do solo.

Antonio de Azevedo Sodré explica com convicção que o produtor rural não é um bandido desmatador, muito pelo contrário, ele é um preservacionista nato, pois tem pleno conhecimento que, caso não preserve e utilize de forma racional a vegetação nativa, a água e o solo, que são elementos essenciais a sua produção, ficará sem estes recursos para obter o seu sustento e alimento (2013,p.3).

O debate sobre a nova legislação trouxe, portanto, uma democratização do tema, pois deixou de ser tratada apenas por ambientalistas, defensores de posições ideológicas e doutrinárias, e teve a participação da sociedade civil, produtores, instituições representantes da ciência agrícola, organizações ambientais e políticas.

4.2.1 Polêmicas e a Sanção do Novo Código Florestal

Em 22 de julho de 2008 foi editado o Decreto nº 6.514 que regulamentou a lei de crimes ambientais, colocou milhares de produtores na irregularidade e fixou prazo para que todos os proprietários averbassem na matrícula do imóvel as áreas de Reserva Legal. Caso a averbação não fosse realizada, os produtores não poderiam realizar empréstimos perante instituições financeiras e estariam sujeitos a multas diárias.

Segundo Reinhold Stephanes a edição deste decreto foi um dos maiores equívocos do Governo Federal, nem o presidente Lula, tampouco o ministro Carlos Minc (recém chegado ao Ministério do Meio Ambiente à época) haviam lido o que assinaram (2012, p.23).

Caso o Decreto não fosse alterado, milhões de hectares de áreas produtivas teriam que virar florestas, o que geraria um imenso impacto ao país agrícola, em que 22% do PIB vêm da agricultura⁶; ainda, geraria desemprego no campo e toda a cadeia produtiva estaria em risco.

⁶ Segundo FERNANDES: o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio em 2014 representou entre 22,0% e 23,0% do PIB total da economia brasileira, com cerca de R\$ 1,1 trilhão.

Em agosto de 2008, Ministério da Agricultura e do Meio Ambiente começaram a elaborar uma agenda com a intenção de alterar a legislação ambiental, já que não adiantaria alterar apenas o decreto sem alterar pontos do Código Florestal de 65. Nesta época Stephanes, que é um defensor ativo da agricultura, sugeriu que o Bioma Amazônico e regiões agrícolas consolidadas (onde se produzia há décadas), precisavam ser tratadas de forma diferente pela Lei.

O Ministério da Agricultura propôs a modificação, pelos menos, dos seguintes itens do Código:

1. permitir a soma das APPs às reservas legais em propriedades rurais de até quatro módulos fiscais⁷;
2. autorizar o plantio de 50% da reserva legal com as florestas comerciais;
3. prever a compensação ambiental fora da microbacia, desde que no mesmo bioma;
4. aplicar o princípio do gradualismo para margens de pequenos rios e riachos; e
5. manter a atividade agrícola em áreas já consolidadas, como o topo de morro e encostas.

Baseado nesses cinco pontos, a Câmara dos Deputados, por meio de uma Comissão Especial, passou a estudar uma mudança mais ampla com objetivo de elaboração de um novo Código Florestal.

O relatório do deputado federal Aldo Rebelo foi iniciado em agosto de 2009. Ele percorreu o Brasil de norte a sul por dois anos ouvindo produtores rurais, agrônomos, ex-ministros, pesquisadores, cientistas, ONGs e ribeirinhos em audiências públicas. Escutou dos mais humildes homens do campo aos grandes empresários, o que garantiu conhecer realmente a realidade agro do país.

Depois de uma árdua batalha, em que o texto original foi aprovado na Comissão Especial, mutilado por pressões de algumas ONGs, o projeto foi finalmente aprovado na Câmara com 410 votos favoráveis e 63 contrários em maio de 2011.

⁷ Módulo fiscal é a unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando fatores como tipo de exploração predominante no local e renda obtida com a mesma (BECK, 2012,p.31).

Segundo Sodré: “Pode-se dizer que foi aprovado conseguindo manter uma proposta equilibrada: as áreas agricultáveis seriam preservadas sob o título de áreas consolidadas⁸ e as florestas existentes também” (2013, p.30).

O Autor ainda explica que bandeira verde é sempre simpática a sociedade, porém, o homem urbano na sua grande maioria não tem consciência de quem é o produtor rural. Este é quem efetivamente mantém o verde, cuida da sua terra, do solo, da vegetação nativa e das nascentes de águas.

Por outro lado, os cidadãos urbanos são os grandes poluidores, pois queimam combustíveis com deslocamento, despejam dejetos não tratados em rios, mares e lagoas, não realizam a separação correta de lixo reciclável de biodegradável e consomem energia em excesso.

Após a sabatina da Câmara, o texto passou pelo Senado e foi aprovado por 59 votos a favor e 7 contrários com algumas modificações. Em razão destas, o texto teve que retornar a Câmara para que esta pudesse apreciar as alterações realizadas pelos senadores.

De volta a Câmara, o texto foi aprovado pela maioria dos deputados com algumas supressões.

Finalmente, o Novo Código Florestal foi sancionado, com doze vetos e trinta e duas modificações pela presidente Dilma Rousseff passando a ser a Lei 12.651/2012.

Para suprir estes doze vetos, houve a edição da Medida Provisória (MP) 571/2012. A Medida deu nova redação a alguns itens vetados no projeto da Câmara e alguns artigos melhoraram as condições para as pequenas propriedades rurais. Por exemplo, a recomposição de matas nas margens de rios passou a obedecer a uma escala de acordo com a área da propriedade, independentemente da largura do rio, tornando viável a existência produtiva das pequenas áreas.

Estudos mostraram que muitas propriedades até quatro módulos poderiam comprometer até 80% de suas áreas (caso fosse aplicada a antiga regra), dependendo da margem do rio onde estivessem localizadas e quantos riachos ou

⁸ Área rural consolidada: área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio.” (Art. 3, inciso IV Lei 12651/2012). A data demarcatória da área consolidada foi exatamente o dia em que foi promulgado o Decreto 6514 de 22 de julho de 2008 que dispôs sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabeleceu o processo administrativo federal para apuração destas infrações.

nascentes possuíssem. Isso foi corrigido pela medida provisória com gradação de 10 e 20% da área (STEPHANES, 2012. P.26).

Embora esta regra tenha beneficiado muito os pequenos proprietários, a norma foi injusta, pois não reflete a realidade do que acontece no Brasil, faltou levar em consideração os dados de renda efetiva dos produtores.

Conforme afirma Sodré: “Tamanho de propriedade nem sempre quer dizer renda. Mesmo com propriedades com seis, oito ou mesmo dez módulos fiscais, em várias regiões o produtor rural, em virtude da sua baixa renda, continua sendo um pequeno produtor, carente de tecnologia e apoio dos programas de extensão rural.” (2013, p. 35)

A Medida Provisória 571/2012 foi convertida na Lei 12.727/2012 (que alterou o novo Código Florestal). Esta, quando sancionada pela Presidenta, também sofreu nove vetos. E, novamente, para suprir lacunas deixadas pelos vetos foi editado o Decreto 7.830/2012 que dispôs sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, e estabeleceu normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, temas que serão abordados no último capítulo deste trabalho.

4.2.2 Principais Alterações da Reforma

Devido a falta de credibilidade e inaplicabilidade do antigo Código Florestal, o novo Código trouxe regras específicas de transição visando a efetividade no cumprimento das mesmas. Essas regras estão previstas no capítulo XIII da Lei 12.651/12, dos arts. 59 a 68 e dizem respeito às chamadas Áreas Consolidadas em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reserva Legal (RLs).

O Novo Código introduziu regras especiais para áreas e APPs e RLs ocupadas e utilizadas com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris antes de 22.07.2008. Ou seja, de acordo com o tamanho da área do imóvel, o posseiro ou proprietário poderá manter o uso do bem com restrições mais brandas às regras gerais.

O art. 61-A determina que: “nas áreas de preservação permanente é autorizada, exclusivamente, a continuidade das atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural em áreas rurais consolidadas até 22 de julho de 2008”.

Porém, isso não significa que tais atividades estarão completamente dispensadas do cumprimento de obrigações para serem consideradas regularizadas.

Leonardo Papp explica:

Ao contrário, o § 11 estabelece que a realização de tais atividades em locais considerados APP's pelas disposições permanentes da Lei 12.651/12 deverá observar "critérios técnicos de conservação do solo e da água indicados no PRA previsto nesta lei, sendo vedada a conversão de novas áreas para uso alternativo do solo nesses locais". Reforçando tal direcionamento, o § 14 esclarece que, nas hipóteses de regularização mencionadas no Art. 61-A, o "o Poder Público, verificada a existência de risco de agravamento de processos erosivos ou de inundações, determinará a adoção de medidas mitigadoras que garantam a estabilidade das margens e a qualidade da água, após deliberação do Conselho Estadual do Meio Ambiente ou de órgão colegiado estadual equivalente"(2012, p. 232).

Ademais, as doze maiores conquistas do novo Código Florestal, segundo Carla Beck (2012, p.06) são as seguintes:

- 1) Áreas Consolidadas: as atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e turismo rural que já existiam em APPs até 22 de julho de 2008 poderão continuar e serão consideradas áreas consolidadas, desde que não estejam em áreas de risco e sejam observados critérios técnicos de conservação do solo e da água estabelecidos no Programa de Regularização Ambiental (PRA) (art. 61-A);
- 2) Recomposição de APP consolidada para propriedades de até quatro módulos fiscais a recomposição da mata ciliar deve variar de cinco metros a quinze metros, independente do tamanho do rio (art. 61ªA, §1º, § 2º, §3º).
- 3) Reserva Legal Consolidada para propriedades menores de quatro módulos fiscais: imóveis rurais com áreas de até quatro módulos fiscais, que correspondem no Paraná a uma média de 72 hectares, não precisarão recompor as reservas legais. Valerá o percentual de vegetação nativa existente na propriedade até o dia 22 de julho de 2008, ficando bem claro que não poderá haver nenhum desmatamento dessas áreas (Art. 67);
- 4) Reserva Legal para propriedades maiores que 4 módulos fiscais: as APPs poderão ser incluídas no cálculo de 20% da Reserva Legal. Porém, se a soma das áreas de Reserva Legal mais APP for superior a 20%, o produtor não poderá retirar a vegetação excedente (art. 15);
- 5) A recomposição de Reserva Legal poderá ser feita com a regeneração natural da vegetação, pelo plantio de novas árvores

- (permitido o uso de até 50% de espécies exóticas) ou pela compensação (art. 66 §3º);
- 6) O Proprietário Rural que optar por recompor a Reserva Legal com o plantio intercalado de espécies exóticas terá o direito a sua exploração econômica (Art 66, § 4º);
 - 7) A recomposição poderá ser feita em até vinte anos e as espécies exóticas poderão ser exploradas economicamente (art. 66 §2º);
 - 8) A compensação poderá ocorrer fora da propriedade por meio de compra de Cota de Reserva Ambiental (CRA⁹), arrendamento, doação ao Poder Público de área no interior de unidade de conservação de domínio público pendente de regularização fundiária, ou cadastramento de área equivalente no mesmo bioma (art. 66, §5º).
 - 9) Os passivos ambientais dos produtores rurais poderão ser solucionados a partir de sua adesão ao PRA, o que será considerado no acesso aos incentivos econômicos e financeiros concedidos ao produtor em retribuição a serviços ambientais por ele prestados;
 - 10) As multas por infrações ambientais cometidas até 22 de julho de 2008 serão suspensas a partir da publicação do Novo Código e enquanto o proprietário que aderiu ao PRA estiver cumprindo o termo de compromisso;
 - 11) Desde que o produtor cumpra os prazos e as condições estabelecidas no termo de compromisso, as multas serão consideradas convertidas em serviços de melhoria ou recuperação da qualidade do meio ambiente;
 - 12) O novo Código autoriza o Governo Federal a instituir um programa de apoio à conservação do meio ambiente. O programa poderá fazer pagamentos em retribuição a serviços ambientais, tais como o sequestro de carbono, a conservação das águas e da biodiversidade e a manutenção de APPs e Reserva Legal.

⁹ Cota de Reserva Ambiental- CRA é, segundo ANTUNES, “um título representativo de uma área coberta com vegetação nativa”. O seu objetivo é obter um valor econômico para ser utilizado em transações ambientais, como forma de remunerar o proprietário da área coberta por vegetação nativa pelo serviço ambiental de mantê-la intacta, preservada. (2013,p.229)

Importante frisar que a possibilidade de soma das áreas de APPs para atingir o percentual de reserva legal somente será admitida se (Art. 15 Lei 12651):

- I) O benefício não implique a conversão de novas áreas para o uso alternativo do solo;
- II) A área a ser computada esteja conservada ou em processo de recuperação, conforme comprovação do proprietário ao órgão estadual integrante do Sisnama; e
- III) O Proprietário ou possuidor tenha requerido inclusão do imóvel no Cadastro Ambiental Rural – CAR.

O novo Código pôs fim à exigência prevista no antigo Código de averbação da Reserva Legal na matrícula, desburocratizando o processo de registro e possibilitou a regularização de uso nas áreas de encostas, topo de morro, campos de altitude e bordas de tabuleiros em casos específicos (espécies lenhosas, perenes e de ciclo longo), que não eram passíveis de regularização antigamente,

Vale ressaltar a importância das Áreas de Preservação Permanente para o ecossistema, dentre as principais características, ela: possui papel importante em proteger e manter recursos hídricos, conserva a diversidade de espécies de plantas e animais, controla erosão do solo e assoreamentos e poluição dos rios, funcionam como corredores para animais e plantas, interligando os diversos fragmentos de vegetação natural. Esses Corredores são essenciais para que os animais se movam e se reproduzam, carregando pólen e sementes, o que é fundamental para que as plantas cresçam em diferentes regiões (LEÃO, 2011,p.57).

Como exemplo, as Áreas de Preservação Permanente em Áreas Consolidadas ficaram definidas da seguinte forma (Art.61 A, §1º, §2º, §3º, §4º, §6º):

QUADRO 1- ÁREAS DE APPs CONSOLIDADAS AO LONGO DE CURSOS D'ÁGUAS NATURAIS

Área do imóvel	Largura do rio	Limite APP em relação a área do imóvel	Total a recuperar em metros *
até 1 módulo	independe	10%	5
de 1 a 2 módulos	independe	10%	8
de 2 a 4 módulos	independe	20%	15
acima de 4 módulos	independe	Sem limite	mín.20, Max 100

*contados da borda da calha do leito regular¹⁰ do rio

¹⁰ Leito Regular: a calha por onde correm regularmente as águas do curso d'água durante o ano – Art.3º, inciso XIX Lei 12651/2012.

FONTE: Boletim Informativo FAEP, ano XXVI, nº 1197, p.09; alterado pela autora de acordo com a Lei 12727/2012.

QUADRO 2 - ÁREAS DE APPs CONSOLIDADAS NO ENTORNO DE LAGOS E LAGOAS NATURAIS.

Área do imóvel	Total a recuperar em metros
até 1 módulo	5
de 1 a 2 módulos	8
de 2 a 4 módulos	15
acima de 4 módulos	30

FONTE: Boletim Informativo FAEP, ano XXVI, nº 1197, p.12; alterado pela autora de acordo com a Lei 12727/2012.

Para nascentes e olhos d'água perenes: obrigatória recomposição de quinze metros, independente do tamanho da área (art. 61 A, §5º).

Toda a recomposição prevista pelo novo Código poderá ser realizada através de condução de regeneração natural das espécies nativas, plantio de espécies nativas, a soma do plantio com a condução de regeneração e, por fim, o plantio intercalado de espécies lenhosas, perenes ou de ciclo longo e exóticas com nativas de ocorrência regional no limite de até 50% da área total a ser recomposta.

Sem dúvida, todas as alterações aqui previstas trouxeram um imenso avanço em termos ambientais se compararmos com o Código anterior, porém ainda há deficiências e lacunas que devem ser solucionadas. A seguir serão revisados os principais pontos positivos e negativos da edição do Novo Código Florestal com o depoimento de vários autores e políticos engajados no assunto.

4.2.3 Aspectos Positivos e Negativos do Novo Código

Longe de ser um tema amistoso, a discussão sobre o Novo Código gerou grandes polêmicas e discussões entre a chamada bancada ruralista e os ambientalistas.

Os primeiros sempre lutando pela produção de alimentos de forma sustentável, racional, são os que realmente preservam o meio ambiente, pois sabem que sem preservação não conseguirão produzir e garantir a própria subsistência e de sua família.

Já os ambientalistas, muitas vezes pautados e financiados por ONGs internacionais, buscavam a continuidade da lei anterior, altamente nociva, com a

preservação de forma irracional, sem justificativas técnicas. Vale ressaltar que muitas ONGs internacionais estavam pagando para fazer lobby, visando reduzir a área plantada no Brasil para diminuir a produção de alimentos e consequentemente reduzir a competição com a produção deles, estrangeira. (SODRÉ, 2013. p. 42).

Os ambientalistas atacaram os produtores rurais tentando impingir a eles conceitos como grandes latifundiários, escravagistas, praticantes de agricultura predatória.

Para a bancada ruralista a nova legislação, com relação ao que foi aprovado sobre as APPs, terá um ponto negativo na medida em que irá subtrair a produção de alimentos em áreas agricultáveis e férteis sem uma contrapartida significativa para o meio ambiente e sem um fundamento teórico específico; assim acontecerá uma perda de ativos desnecessária.

A Ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira, em entrevista realizada em 25.05.2012 afirmou que “não há nenhum estudo técnico que indique a necessidade de se deixar 500 metros para a proteção de rios, bastando apenas 100 metros”, segundo especialistas lhe teriam assegurado. Desta forma, a imposição do Código é completamente dispensável. Inclusive, podemos citar exemplos ao redor do mundo em que a prática da agricultura em beiras de rios ocorre há milênios como no rio Nilo, no Egito, no Eufrates no Iraque, o vale do Beqaa no Libano, Ásia e também Japão.

Sodré explica que a preservação das APPs e das florestas em geral deve ser realizada de forma lógica, técnica, racional, sem radicalismos emocionais, nunca jogando fora as áreas agricultáveis produtoras de alimentos. O reflorestamento das APPs deve ocorrer na medida em que ficar comprovado tecnicamente por especialistas essa necessidade de proteger nascentes, beira de rios, encostas e topos de morros (2013, p. 39).

Houveram críticas também quanto a preservação de APPs em pequenas propriedades rurais. Machado (2013, p.18) entende que a nova legislação florestal não foi feliz ao estabelecer um sistema de gestão diferenciado para as Áreas de Preservação Permanente existentes em pequenas propriedades rurais. Ficou previsto (Art. 52¹¹) que dependerá, para supressão da vegetação nessas áreas para

¹¹ Art. 52. A intervenção e a supressão de vegetação em Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal para as atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental, previstas no inciso X do art. 3º, excetuadas as alíneas *b* e *g*, quando desenvolvidas nos imóveis a que se refere o inciso V do

atividades de baixo impacto, de uma “simples declaração ao órgão ambiental”. O fato de não se dar um prazo para que a Administração Pública possa analisar a ocorrência do baixo impacto ambiental, abre uma oportunidade para desmatar-se livremente num espaço territorial, que, pela Lei e pela Constituição, deve ser protegido.

De acordo com o mesmo autor, a chamada “simples declaração” não protegerá os cursos de água, as encostas e os outros elementos geomorfológicos, pois se estará diante do fato consumado de um desmatamento, com aparência de legalidade. (2013, p. 18).

Machado ainda critica o programa de apoio e de incentivo à preservação e à recuperação ambiental, pois traduz um reconhecimento da sociedade por meio de uma ação governamental, premiando quem mais contribui para o meio ambiente. Afirma que “o programa não pode significar que o proprietário privado esteja colocando como condição para proteger a APP o recebimento de uma ajuda ou de um pagamento governamental”. Ademais, a legislação foi tímida em não ter estabelecido regras para que o pagamento pelos serviços ambientais florestais seja efetivamente posto em prática (2013, p. 20).

A ampliação da possibilidade de compensação de Reserva Legal no mesmo bioma (antes prevista apenas para a mesma bacia hidrográfica) foi questionada por Sparovek, que explica:

A ampliação exagerada dos polígonos de compensação, como é claramente o caso de considerar todo o bioma, implica o risco de proteger a custos baixíssimos apenas a vegetação natural de regiões tão remotas e tão desprovidas de aptidão para agricultura que já estariam em grande parte protegidas só por isto. Neste caso, não haveria um mercado atraente como opção para as áreas em que a pressão de desmatamento efetivamente existe, decorrente da baixa remuneração influenciada pelas áreas remotas. (2011, p. 129).

Um grande ponto positivo ao produtor incluído pela nova legislação foi a possibilidade da exploração econômica da Reserva Legal mediante o manejo sustentável previamente aprovado por órgão ambiental competente (art. 17 §1º).

Segundo estudo realizado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Esalq/USP, mostra que a instalação de um projeto de restauração e extração madeireira sustentável pode ter retorno econômico superior ao obtido com o uso da terra apenas para pastagem, principalmente em

art. 3º, dependerão de simples declaração ao órgão ambiental competente, desde que esteja o imóvel devidamente inscrito no CAR.

regiões com maior porcentual exigido de Reserva Legal. Em áreas avizinhas por florestas, onde o banco de sementes ainda é elevado e não há necessidade de ações de preenchimento e enriquecimento, o que facilita o manejo.

Com base em dados de duas propriedades típicas de recria e engorda nos municípios de Marabá e Paragominas, no Estado do Pará, foi simulada a rentabilidade econômica do manejo da reserva legal dentro do sistema produtivo existente. Na análise, considerou-se um fluxo de caixa de trinta anos, tempo necessário para que todas as espécies arbóreas do projeto (andioba, castanheira-do-pará, paricá e taxi branco) atingissem a idade ideal de corte para madeira. Com a adoção do projeto de restauração e extração madeireira sustentável, o retorno financeiro ao fim dos trinta anos seria bem maior que o estimado caso a terra fosse alocada para a pecuária.

A percepção do setor de que o ajustamento ambiental pode favorecer a viabilidade econômica das propriedades, ao contrário de comprometê-la, pode tornar-se um relevante aliado no processo de adequação dessas propriedades às exigências do novo Código Florestal.

Desta forma, cabe ao pecuarista despertar para as oportunidades nos mercados ambiental e madeireiro, paralelamente à pecuária. As pressões sociais crescem ano a ano, e os produtores rurais devem entender e assimilar novas formas de gerir sistemas produtivos que satisfaçam tanto às expectativas socioambientais quanto as de rentabilidade do negócio (BEDOYA e SANTOS, 2013, p. 66 e 67).

Em curioso trabalho publicado na revista “Desenvolvimento e Meio Ambiente”, publicada pela Universidade Federal do Paraná, foram realizadas entrevistas com stakeholders¹² sobre avaliação do Novo Código e suas principais mudanças com relação às mudanças na legislação florestal, as entrevistas apontaram que 47,05% acharam que as mudanças foram positivas, 47,05% negativas e 5,90% acharam que foram em parte positivas e em parte negativas,

¹² Stakeholder (em português, parte interessada ou interveniente), é um termo usado em diversas áreas como gestão de projetos, comunicação social (Relações Públicas) administração e arquitetura de software referente às partes interessadas que devem estar de acordo com as práticas de governança corporativa executadas pela empresa. De maneira mais ampla, compreende todos os envolvidos em um processo, que pode ser de caráter temporário (como um projeto) ou duradouro (como o negócio de uma empresa ou a missão de uma organização). WIKIPEDIA em : <https://pt.wikipedia.org/wiki/Stakeholder>, acesso em 25/08/2015.

sendo que a maioria dos entrevistados que responderam positivo são de origem dos órgãos ambientais (ALMEIDA, CASTELO e RIVERO, 2013 p. 173,174).

Eles acreditam que as mudanças da legislação apontam um futuro mais favorável a determinados segmentos do setor privado. Porém, acreditam que as mudanças não apresentam sinais de desburocratização ou de aplicabilidade com maior eficiência.

Questionado sobre a diminuição das Áreas de Preservação Permanente, a pesquisa apontou que 5,88% responderam que a mudança é positiva, 52,94% que foi negativa e 41,18% não quiseram se manifestar. Este mesmo resultado foi obtido para anistia aos crimes ambientais e isenção de Reserva Legal para imóveis de até quatro módulos.

Os que avaliaram como negativa a redução de Áreas de Preservação Permanente justificaram que as mesmas são essenciais para proteção dos cursos d'água e que os casos passíveis de exceção já foram identificados pela academia; já os que consideraram positivas afirmam que o importante é que realmente sejam pagos os danos com serviços ambientais.

Sobre a isenção da Reserva Legal para imóveis de até quatro módulos fiscais, os entrevistados que consideraram negativa afirmaram que a diferenciação não deve ser feita pelo tamanho do imóvel, mas por sua função socioambiental, ou seja, pelas características do ecossistema do local e do tipo de uso realizado pelo detentor do imóvel. Muitos afirmam que, para fugir à obrigação de manter a Reserva Legal, os proprietários irão adquirir grandes áreas por meio da compra de pequenas propriedades.

No mesmo sentido, para redução da Reserva Legal na Amazônia em áreas com vegetação de 80% para 50% e compensação de áreas desmatadas de passivos florestais, 17,65% responderam que a mudança foi positiva, 41,18% que foi negativa e 47,05% não responderam. Os que apontam como negativa argumentaram que o bioma em questão é frágil e há possibilidade de uso sustentável nos 20% de área em que são permitidos desmatar nas áreas de florestas nas propriedades. Os que responderam como positiva ressaltam que apenas deve se dar a diminuição da Reserva para exploração florestal se for a favor de pequenos produtores.

Ainda, um grupo entende que a compensação de áreas desmatadas de passivos florestais é negativa e que não deveria existir essa proposta de mudança,

porque dessa forma a compensação pode ocorrer em áreas de qualidade e importância ecológica diferente.

Interessante ressaltar o questionamento sobre o aspecto institucional, muitos afirmaram que estão encontrando grandes dificuldades em seu trabalho/pesquisa devido às mudanças na legislação principalmente em razão das novas instruções normativas e a descentralização da gestão ambiental em relação às atividades administrativas e fiscalizadoras.

Para os pesquisadores entrevistados o maior problema da legislação ambiental é a desarticulação entre a atividade produtiva e as políticas públicas em termos de investimentos e financiamentos específicos. Ainda, falta fiscalização efetiva, monitoramento e educação ambiental para garantir a aplicação da lei.

Importante a percepção sobre a necessidade de capacitação da sociedade e das populações tradicionais que estão próximas ou no interior de áreas protegidas e que dependem do capital econômico e social das empresas exploradoras de recursos florestais, principalmente madeira, juntamente com maior esclarecimento à sociedade civil da importância da manutenção da floresta e das tecnologias e conhecimentos capazes de promover o manejo adequado.

Vale a pena colacionar depoimentos¹³ de vários políticos que foram engajados e participaram de alguma forma na elaboração do novo Código Florestal. As opiniões e críticas são bastante divergentes, seguem depoimentos da bancada a favor do texto:

O novo Código Florestal, com as mudanças feitas no Senado, será um instrumento de consolidação do país como grande produtor de alimentos e de proteção ao meio ambiente, pondo fim aos desmatamentos ilegais. Ninguém produz bem sem ter o meio ambiente como aliado. O setor produtivo sabe disso. Esse impasse de tratar o produtor como adversário não traz uma árvore de volta. - Jorge Viana, relator do projeto na Comissão de Meio Ambiente (2011, p.09).

Uma das missões de meu mandato era colocar os produtores rurais dentro da legalidade. Por isso, lutei para que fossem tratados de acordo com a lei da época em que iniciaram o trabalho em suas propriedades. Construímos um Código Florestal equilibrado, que permite o desenvolvimento da atividade agrícola e a preservação, trazendo segurança jurídica para o campo e proteção para florestas e rios. Somente com a participação do homem, agricultor ou industrial, é que iremos conservar as florestas e ter um meio ambiente agradável para viver. - Acir Gurgacz, presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (2011,p.09).

¹³ In: LEÃO, Eduardo. Código Florestal, Nova Lei Busca Produção com Preservação. Em Discussão: Revista de Audiências Públicas do Senado Federal, ano 2, nº9, dezembro 2011.

Produção rural e meio ambiente precisam andar lado a lado. Tenho certeza que o projeto não atendeu a todos os interesses envolvidos e possibilitará tirar da clandestinidade os produtores rurais. O projeto não está anistiando produtores de crimes ambientais. Eles foram trazidos para a legalidade. E quem cometeu crime ambiental será obrigado a recuperar os danos causados.- Ivo Cassol (2011, p.09).

As opiniões da bancada ambientalista foram críticas à nova legislação: “O texto está muito aquém do que é necessário para proteção de florestas e rios. Do modo como foi proposto quem desmatou ilegalmente foi premiado e quem protegeu, não”- Raul do Vale (2011,p.11).

O Senador Randolfe Rodrigues acusou o texto de “institucionalizar o desmatamento irregular” de áreas que deveriam ser protegidas e Marina Silva considerou que o texto “é uma derrota para a legislação ambiental brasileira, atende apenas a bancada ruralista e inclui uma anistia aos desmatadores” (2011,p.11).

A Senadora Ana Rita afirma que o impacto das alterações do Código podem dificultar o cumprimento de leis ambientais e acordos internacionais firmados pelo Brasil, pois:

O país é signatário de importantes compromissos internacionais como a Convenção sobre Diversidade Biológica e a Convenção sobre Áreas Úmidas. Na COP-10, no Japão, a participação do Brasil foi no sentido de ampliar as áreas de preservação da biodiversidade e de redução do desmatamento. Como assumir compromissos internacionais e trabalhar uma legislação em sentido contrário?

Ainda, diz que a nova legislação trará grande impacto no aumento das emissões de Gás Carbônico (CO₂), responsável pelo efeito estufa e pelo aquecimento global, o que faria com que o país não conseguisse cumprir a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei 12.187/09), aprovada pelo Congresso em 2009. Só no que diz respeito à redução das Áreas de Preservação Permanentes, a ministra citou que mais 1,2 bilhão de toneladas de CO₂ ficariam na atmosfera (2011.p.24).

De acordo com o exposto acima, pode-se concluir que mesmo considerando os ganhos para democracia, a aprovação do texto não põe fim às questões do setor produtivo. Compatibilizar produção e meio ambiente continuará a ser um desafio que nos acompanhará por muito tempo. Por ora, as novas regras podem ser consideradas adequadas, mas a Sociedade, o Governo e o Congresso devem estar preparados para adaptações futuras.

É necessária a criação de mecanismos para acompanhar os efeitos das medidas previstas na nova legislação e, principalmente, para analisar os custos de implantação dessas medidas e os efeitos efetivos dela para o produtor e meio ambiente.

4.3 O CADASTRO AMBIENTAL RURAL – CAR

4.3.1 Conceito e Características

O Cadastro Ambiental Rural, mais conhecido como CAR foi criado pelo novo Código Florestal e está inserido no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre o Meio Ambiente (SINIMA), previsto na Política Nacional do Meio Ambiente-Lei 6.938/1981.

Após a promulgação do novo Código Florestal, que instituiu o Cadastro Ambiental Rural (CAR), a Presidenta Dilma Rousseff, em 17 de outubro de 2012 regulamentou o Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) e o Cadastro Ambiental Rural (CAR) através do Decreto 7.830.

O CAR é, segundo o artigo 29 da Lei 12.651/2012:

Um registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades rurais e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

Os Professores Peters e Panasolo, em obra específica e pontual sobre o CAR afirmam:

O CAR, diferentemente de outros cadastros já existentes, será composto também de informações georreferenciadas. Isso significa que, além de conter os dados básicos do imóvel, como endereço e área total, também deve conter um croqui baseado numa foto aérea. O CAR consiste no georreferenciamento do perímetro do imóvel, nos remanescentes de vegetação nativa, nas áreas de preservação permanente, nas áreas de uso restrito, nas áreas consolidadas e na reserva legal. É como uma radiografia de cada imóvel rural (2014, p.33).

A inscrição é obrigatória para todos os proprietários e possuidores de imóveis rurais do território nacional, sejam pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, inclusive estrangeiros.

O critério adotado pelo novo código para delimitar imóvel rural foi o da localização e não o da destinação e o cadastro deverá ser feito por áreas contínuas,

considerando o imóvel como um todo e não mais por matrículas, ou seja, deve-se considerar a exploração econômica do bem por sua unicidade, de forma única (PETERS e PANASOLO, 2014, p. 38).

A classificação dos imóveis rurais por tamanho se dá da seguinte forma (art. 2º, I da IN 2/MMA/14):

- a) pequena propriedade: áreas com até 4 módulos fiscais, incluindo as descritas no inciso V do art. 3º da Lei 12651/12¹⁴;
- b) média propriedade rural: áreas com mais de 4 módulos fiscais até 15 módulos fiscais;
- c) grandes propriedades rurais: áreas acima de 15 módulos fiscais.

Módulo fiscal é a unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando fatores como tipo de exploração predominante no município e renda obtida com a mesma (BECK, 2012, p.31).

Importante ressaltar que, com a elaboração do CAR, foi extinta a exigência legal de averbação da Reserva Legal na matrícula do imóvel. Agora a Reserva Legal deverá ser registrada somente no CAR.

Os proprietários que porventura já tenham Reserva Legal averbada na matrícula do imóvel que identifique o perímetro e a localização da Reserva estão dispensados de fornecer ao órgão ambiental plantas e memoriais descritivos contendo coordenadas geográficas que delimitem as áreas de APPs, Reserva Legal e remanescentes de vegetação nativa, bastando apresentar a certidão atualizada de matrícula do imóvel onde conste referida averbação ou o termo de compromisso já firmado (Art. 30 caput e parágrafo único da Lei 12.651/12).

O cadastramento não será considerado título para fins de reconhecimento do direito de propriedade ou posse e todas as informações prestadas são de responsabilidade do declarante possessor ou proprietário.

Segundo Carla Beck, o cadastro será analisado e homologado pelo órgão estadual competente (Instituto Ambiental do Paraná - IAP) e o declarante incorrerá em sanções penais e administrativas, sem prejuízos de outras previstas na legislação, quando as informações forem total ou parcialmente falsas, enganosas ou omissas (2014.p.02).

¹⁴ "V - pequena propriedade ou posse rural familiar: aquela explorada mediante o trabalho pessoal do agricultor familiar e empreendedor familiar rural, incluindo os assentamentos e projetos de reforma agrária, e que atenda ao disposto no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006;"

O prazo inicial fixado pelo art. 29, §3º da Lei 12651/12 para inscrição no CAR foi de um ano da sua implantação, prorrogável uma única vez por igual período. No dia 06 de maio de 2014 foi publicada a Instrução Normativa 02/MMA/2014, estabelecendo, portando o marco inicial para contagem do prazo, que, em tese, se encerraria em 06 de maio de 2015.

Porém, no dia 04 de maio de 2015 a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, através da Portaria nº100, prorrogou o prazo por mais um ano, contados a partir de 5 de maio de 2015. Desta forma, o prazo derradeiro para realização do Cadastro Ambiental Rural se dará em 05 de maio de 2016.

Segundo recentíssima notícia veiculada pela Federação da Agricultura no Estado do Paraná (FAEP) em 04/09/2015, há rumores de que o cadastro poderá ser prorrogado até maio 2018 caso o novo Código Florestal seja modificado como previsto em projeto (PLS 287/2015) de autoria do senador Romero Jucá (PMDB-RR).

A proposta foi aprovada em 03/09/2015 na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CARA), mas, para ser convertida em lei, precisa passar pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e depois pela Câmara dos Deputados.

De acordo com matéria publicada no Canal Rural em 21/08/2015 mais de 191 milhões de hectares já foram cadastrados no CAR, pouco mais de 51% do total da área passível de cadastro. Até agora, 1,376,516 milhão de propriedades foram cadastradas. Desse total, 45,7% dos proprietários têm déficit de vegetação nativa, mas têm interesse de fazer a regularização.

Com relação aos imóveis rurais paranaenses, o último relatório¹⁵ divulgado pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) informou que até 31 de agosto do corrente ano pouco mais de 166 mil (31,2%) das propriedades rurais do estado já haviam realizado o cadastro. O Paraná possui mais de 532 mil propriedades rurais e é o segundo do país em número de imóveis rurais.

¹⁵ O relatório foi divulgado no dia 02/09/2015.

4.3.2 Objetivos do Instituto e Requisitos para Inscrição do Imóvel Rural no CAR

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) surgiu com a intenção de cadastrar e identificar os imóveis rurais no território nacional, seus proprietários e possuidores para unificar informações de natureza ambiental dos imóveis. Segundo Peters e Panasolo:

O CAR é uma importante ferramenta para conservação e gestão do uso e ocupação do solo rural relacionado às questões ambientais, fundiárias e agrícolas. A inscrição e aprovação no CAR é instrumento essencial para obtenção das licenças ambientais e autorizações florestais para o proprietário ou possuidor rural. (2014, p.27).

O objetivo do instrumento é compor uma base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento, e ainda permite consulta e acompanhamento da situação de regularização ambiental dos imóveis rurais em todo o território nacional.

O CAR também poderá ser um grande aliado no cumprimento das metas nacionais e internacionais para restauro ecológico dos ecossistemas e manutenção da vegetação nativa (PETERS e PANASOLO, 2014, p.27).

Ainda, segundo Aninha Moreira, o Cadastro Ambiental Rural tem como principal objetivo promover a fiscalização acerca do desmatamento realizado em áreas rurais, principalmente em áreas de Reserva Legal e Preservação Permanente, se configurando como uma importante ferramenta para o ordenamento territorial na medida que permite o proprietário e os órgãos competentes uma real visão das condições ambientais do país a nível micro (interna da propriedade) e macro (de toda região onde estão inseridas) (2013, p.3).

Ele permite traçar o perfil de quem desmata e desenvolver estratégias para minimizar tal dano, traçando planos de recuperação das áreas degradadas.

A inscrição do CAR deve ser feita exclusivamente pela internet. É necessário baixar no computador um programa específico para fazer a inscrição disponível no endereço eletrônico do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR)¹⁶.

Para inscrição no CAR, são necessários os seguintes requisitos (Art. 29, §1º Lei 12.651/2012):

¹⁶ Disponível em: www.car.gov.br.

- I) identificação do proprietário ou possuidor rural;
- II) comprovação da propriedade ou posse;
- III) identificação do imóvel por meio de planta e memorial descritivo, contendo a indicação das coordenadas geográficas com pelo menos um ponto de amarração do perímetro do imóvel, informando a localização dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Preservação Permanente, das Áreas de Uso Restrito, das Áreas Consolidadas e, caso existente, também da localização da Reserva Legal.

O processo de inscrição é autoexplicativo e é importante ler todas as instruções que aparecem na tela para evitar equívocos. O “manual do usuário” deve sempre ser consultado em caso de dúvidas.

Após baixar o programa no computador, o cadastramento será realizado em quatro passos que correspondem aos links: baixar imagens, cadastrar, gravar para envio e, por fim, enviar.

Baixar imagens consiste em baixar imagens do município onde está localizada a área a ser cadastrada, para que seja possível a delimitação perfeita do perímetro e características da mesma (APPs, RL, Área de Vegetação Nativa, Áreas Consolidadas, etc.).

A segunda etapa, consiste no cadastramento em si, é constituída de seis novas fases: cadastrante, imóvel, domínio, documentação, georreferenciamento (GEO), informações.

No campo dos dados do cadastrante deverá ser preenchido as informações da pessoa que está digitando e elaborando o cadastro, que pode ser um facilitador que está ajudando o produtor ou ele próprio.

Nos dados do imóvel devem conter informações sobre a propriedade que está sendo declarada, bem como endereço para correspondências. Já no item domínio, é necessário preencher os dados do proprietário ou posseiro do imóvel que está sendo cadastrado.

No campo documentação devem ser especificados os dados dos documentos que comprovam a posse ou propriedade do bem que pode ser uma matrícula, um contrato de compra e venda, uma escritura pública, autorização de ocupação, carta de anuência, concessão real de direito de uso, declaração de assentamento, título de domínio, termo de doação, entre outros.

No item “GEO” (de georreferenciamento) é necessário identificar a propriedade na foto do satélite e desenhar o seu perímetro e informações ambientais, tais como: Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal, Áreas de Uso Restrito, Remanescentes de Vegetação Nativa, Áreas de Interesse Social e de Utilidade Pública e Áreas Consolidadas.

Georreferenciamento, segundo a Lei 10.267/01 e Decretos 4.449/02 e 5.570/05, é o mapeamento de um imóvel rural referenciando os vértices de seu perímetro ao Sistema Geodésico Brasileiro, definindo sua área e sua posição geográfica. Serve ainda para a regularização perante os cartórios de registro de imóveis.

Por último, no item “informações”, deverão ser respondidos os seguintes questionamentos:

- a) se há interesse na adesão ao PRA;
- b) se o imóvel rural possui ou não área com déficit de vegetação nativa para fins de cumprimento da Reserva Legal;
- c) se existe ou não Termo de Ajuste de Conduta (TAC) aprovado referente a regularização de APP, RL ou Área de Uso Restrito;
- d) se existe ou não Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) ou outro documento aprovado referente a regularização de APP, RL, ou Área de Uso Restrito;
- e) se existem ou não infrações cometidas até 22/07/2008, relativas a supressão irregular de vegetação em APP, RL, ou Área de Uso Restrito do imóvel e se tais infrações são objeto de autuação;
- f) se o imóvel rural possui ou não Área de Remanescente de Vegetação Nativa excedente ao mínimo exigido para RL;
- g) se existe ou não Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) no interior do imóvel rural;
- h) se possui ou não Cota de Reserva Florestal (CRF);
- i) se possui ou não RL averbada.
- j) em que período da legislação a RL está submetida e;
- k) se ocorreu ou não alteração no tamanho da área do imóvel após 22/07/2008.

Após esta etapa irá aparecer um resumo do preenchimento do CAR, que gera o “Protocolo de Preenchimento”. Cumpridos todos estes passos, o próximo é

“gravar para envio” e, por último “enviar”. Após envio, o programa gerará um recibo de inscrição no imóvel rural no CAR.

Importante informar que a legislação deu um tratamento diferenciado, simplificado de cadastramento para as pequenas propriedades rurais de até quatro módulos fiscais que desenvolvem atividades agrossilvipastoris, terras indígenas demarcadas, áreas tituladas de povos e comunidades tradicionais que fazem uso coletivo do solo e, por fim, áreas de assentamentos de reforma agrária.

Nestes casos, será obrigatório apenas a identificação do proprietário ou possuidor rural, a comprovação da propriedade ou posse e a apresentação de croqui que indique o perímetro do imóvel, as Áreas de Preservação Permanente e os remanescentes que formam a Reserva Legal (Art. 8º Decreto 7830/12).

Caberá aos órgãos ambientais competentes a captação das coordenadas geográficas referentes ao perímetro do imóvel, as áreas de APPs e RL.

Sempre que houver alteração de natureza dominial ou possessória, transmissão *causa mortis* ou *inter vivos*, como desmembramento ou fracionamento, ou modificação quanto a Reserva Legal, o declarante deverá atualizar as informações através da retificação do cadastro (art. 6º§3º Decreto 7830/12).

A competência para realizar a inscrição no CAR é dos órgãos ambientais municipais ou estaduais que integrem o SISNAMA. Porém para imóveis localizados em mais de um Estado da Federação, a inscrição deverá ser feita no órgão competente do Estado que abrange a maior área do imóvel.

Quando o bem pertencer a espólio, o cadastro deverá ser feito em nome do inventariante. Caso este ainda não tenha sido nomeado, a inscrição deverá ser feita em nome do cônjuge meeiro.

Já quando existirem vários titulares no imóvel, sejam pessoas físicas ou jurídicas, o cadastro deverá ser realizado pelo titular representante do condomínio.

Depois de realizado o CAR e enviado pela internet, o órgão ambiental competente (IAP, no Paraná) realizará análise e homologação do cadastro.

Caso seja detectada qualquer pendência ou inconsistência nas informações declaradas e nos documentos declarados no CAR, o órgão responsável deverá notificar o requerente de uma única vez para que preste informações complementares ou promova a correção e adequação das informações prestadas. Depois de notificado, o requerente deverá realizar as modificações solicitadas, sob

pena de cancelamento da inscrição do CAR (Art. 7 caput e parágrafos Decreto 7830/2012).

O proprietário, possuidor, ou qualquer pessoa que tenha interesse em consultar a situação do CAR, poderá fazê-lo através do site¹⁷, no item “consultar situação do CAR” informando apenas o número de registro no CAR (número de protocolo).

As possíveis situações são as seguintes:

- I) Ativo: O cadastro do imóvel rural será considerado ativo depois de concluída a inscrição no CAR, enquanto estiverem sendo cumpridas as obrigações de atualização das informações cadastradas, e quando constatada, após análise, a regularidade das informações relacionadas às áreas de APP, de Uso Restrito, de RL e de Remanescentes de Vegetação Nativa.
- II) Pendente: O cadastro do imóvel rural será considerado pendente quando constatada declaração incorreta; ou no caso de sobreposições do imóvel rural com Terras Indígenas, Unidades de Conservação, Terras da União, áreas consideradas impeditivas, áreas embargadas, ou com outros imóveis rurais. O cadastro também será considerado pendente quando houver notificação de irregularidades relativas às áreas de APP, de Uso Restrito, de RL, Consolidadas e de Remanescentes de Vegetação Nativa, enquanto não forem cumpridas as diligências notificadas aos inscritos, nos prazos determinados, ou enquanto não forem cumpridas as obrigações de atualização das informações decorrentes de notificação.
- III) Cancelado: O cadastro do imóvel rural será considerado cancelado quando constatado que as informações declaradas são total ou parcialmente falsas, enganosas ou omissas; após o não cumprimento dos prazos estabelecidos nas notificações; ou por decisão judicial ou decisão administrativa do órgão competente, devidamente justificada.

Importante destacar que a inércia do órgão competente em manifestar-se acerca da consistência ou mesmo da pendência de informações e documentos

¹⁷ www.car.gov.br.

implica na efetivação da inscrição do imóvel rural junto ao CAR, podendo beneficiar-se o proprietário de todos os efeitos legais (LEHFELD, et.al, 2013, p.183).

No próximo item serão analisados os efeitos da realização do cadastro e as consequências para aqueles que não o fizeram.

4.3.3 Efeitos da Inscrição do Imóvel Rural no CAR e as Consequências da não Inscrição.

O Cadastro Ambiental Rural é uma ferramenta essencial para que o produtor rural se adeque a legislação, regularize a sua situação ambiental e finalmente saia da ilegalidade.

Desta forma, poderá se beneficiar para obter todas as vantagens e benefícios previstos na Lei, desde a conversão de multas em serviços ambientais, até a obtenção dos direitos de venda ou aluguel dos seus ativos florestais excedentes (SODRÉ, 2013, p. 53).

Dentre os principais benefícios, Carla Beck cita a possibilidade de regularização das APPs e RL e a suspensão de sanções em função de infrações administrativas por supressão irregular de vegetação nas áreas de APP, reserva legal e de uso restrito, cometidas até 22/07/2008 (2014, p.2).

Leonardo Zadonardi Moura (2014, p.06) elenca benefícios tanto para os produtores quanto para os órgãos ambientais. Para os produtores rurais, ele cita como vantagens: comprovar a regularidade ambiental, adquirir segurança jurídica, suspensão das sanções, viabilizar acesso a crédito, ter acesso aos Programas de Regularização Ambiental (PRA), planejamento do imóvel rural, manter ou conquistar certificação de mercado.

Já para os órgãos ambientais: distinguir desmatamento legal e ilegal, facilitar o monitoramento e combate ao desmatamento, apoiar o licenciamento, planejar políticas, melhorar a gestão ambiental no âmbito rural (2014, p.6).

Os produtores que não realizarem a inscrição dentro do prazo legal terão muitos prejuízos e não conseguirão os benefícios legais trazidos pela lei. Os principais efeitos da ausência de elaboração do CAR dentro do prazo segundo Peters e Panasolo serão as seguintes (2014, p. 58-60):

- 1) o proprietário ou possuidor rural poderá sofrer sanções administrativas, como por exemplo, advertências e multas, além da

- proibição de obtenção de licenças e autorizações ambientais e florestais;
- 2) a impossibilidade de compito das Áreas de Preservação Permanente no cálculo do percentual de Reserva Legal no imóvel (art. 15, III);
 - 3) a proibição de realização das atividades relacionadas à prática da aquicultura e a infraestrutura física diretamente a ela associada nos imóveis rurais com até 15 módulos fiscais em APP (art. 4º, § 6º, IV);
 - 4) a proibição de supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo, tanto de domínio público quanto privado (art 12, §3º e art. 26);
 - 5) a proibição para o proprietário ou possuidor rural de emitir CRAs, é obrigatória a inclusão do imóvel no CAR (art. 44, §1º);
 - 6) a proibição do proprietário ou possuidor rural de aderir ao PRA, que visa regularizar, no âmbito ambiental, as atividades desenvolvidas e implementadas no imóvel rural de forma prioritária a manutenção e recuperação de Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de Uso Restrito, e à Compensação da Reserva Legal (art. 11 Decreto 7830/12);
 - 7) a impossibilidade de suspensão da exigibilidade das sanções pecuniárias decorrentes de infrações ambientais e da punibilidade dos crimes previstos nos arts. 38,39 e 48 da Lei 9605/1998, ao proprietário ou possuidor rural quando da adesão no PRA e assinatura do termo de compromisso para regularização ambiental do imóvel rural;
 - 8) a proibição de participação dos incentivos previstos no art. 41, que instituiu o programa de apoio à conservação do meio ambiente, como por exemplo, o pagamento ou incentivo a serviços ambientais como retribuição monetária;
 - 9) a proibição de intervenção e supressão de vegetação em Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal para as atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental, previstas no inciso X do art. 3º, excetuadas as alíneas “b” e “g” quando desenvolvidas nos imóveis a que se refere o inciso V do art. 3º;

- 10) a proibição da continuidade de atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural em áreas de uso consolidadas de áreas de preservação permanente que já estavam sendo utilizadas em 22/07/2008;
- 11) a proibição de concessão de crédito agrícola após cinco anos da data da publicação da nova Lei Florestal, quando as instituições financeiras só concederão crédito agrícola, em qualquer de suas modalidades, para proprietários de imóveis rurais que estejam inscritos no CAR (art. 78-A).

Cabe ressaltar que o prazo limite para inscrição no CAR para fins de concessão de crédito agrícola é 28 de maio de 2017; após esta data as instituições estão proibidas de conceder créditos aos produtores irregulares.

Da mesma forma, Carla Beck conclui:

Caso uma propriedade ou posse não esteja inscrita no CAR até o limite do prazo, seu proprietário ou posseiro poderá sofrer sanções, além de não poder mais obter nenhuma autorização ambiental ou crédito rural. Somente com o CAR será possível aderir ao programa de Regularização Ambiental, que permitirá manter o uso consolidado de áreas de preservação permanente que já estavam sendo utilizadas até 22 de julho de 2008. A partir de 2017, o CAR será exigido pelas instituições financeiras para acesso ao crédito rural (2012, p.2).

Conforme exposto, a inscrição no cadastro ambiental rural dentro do prazo é fundamental para que todos os proprietários e possuidores de imóveis rurais no Brasil possam continuar a desempenharem as suas atividades de produção de forma legal e regular.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Desde a época do Brasil colônia sempre prevaleceu uma percepção intervencionista do Estado aos particulares sobre a propriedade e a preservação ambiental e florestal no país. Os proprietários e possuidores têm o dever de cumprir regras de preservação sob pena de sofrerem sanções administrativas e criminais impostas pelo Poder Público.

Porém, as legislações ambiental e florestal pouco ou quase nada foram cumpridas e respeitadas em razão da grande extensão territorial brasileira, da ausência de efetiva fiscalização e pela própria cultura enraizada pelos colonizadores portugueses de ocupar o território a qualquer custo.

O principal objetivo, desde aquela época, era o domínio territorial, desenvolvimento rápido, expansão do setor agrícola, extrativismo vegetal desmedido, irracional, em que pouco se preocupavam com a preservação ambiental, pois a fartura dos recursos naturais era inesgotável.

Em 1988 a Constituição Federal trouxe o conceito de direito ao meio ambiente equilibrado como um direito difuso, fundamental de todos, sendo dever de toda a coletividade defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Com a Carta Magna, surgiu a ideia de desenvolvimento sustentável que tem como objetivo o crescimento econômico em total equilíbrio com o desenvolvimento ambiental, ou seja: progresso efetivo, mas consciente, de modo que haja planejamento, sustentabilidade, para que os recursos hoje existentes não se esgotem ou se tornem inócuos às futuras gerações.

Observou-se então que era imprescindível a alteração na legislação florestal até então vigente. Era preciso, sobretudo, a criação de uma Lei efetiva, palpável, que fosse realmente cumprida e que tivesse como principal objetivo a preservação ambiental de forma consciente, racional e sustentável.

A intenção não poderia ser a simples frenagem ou suspensão da produção e do desenvolvimento econômico, mas sim a implantação de um crescimento baseado no limite suportável pelo meio ambiente, minimizando e procrastinando os efeitos negativos à natureza.

Somente com a adequada consideração conjunta e conciliada dos aspectos ambientais, sociais e econômicos envolvidos na aplicação do Código

Florestal é que poderiam conduzir a revisão da legislação de modo constitucionalmente adequado.

Foi exatamente com essas premissas que em 25 de maio de 2012 foi sancionada pela presidenta Dilma Rousseff a Lei 12.651, chamada de “Novo Código Florestal”.

A nova legislação nasceu a partir de debates amplamente democráticos, com a participação ativa de produtores, técnicos ambientais, governo, ministérios, ONGs e sociedade civil. O novo código foi criado, sobretudo, com base em pesquisas de campo e estudos científicos, não apenas sob o cunho ideológico e doutrinário de ambientalistas.

Desta forma, a nova legislação conseguiu trazer segurança jurídica, respeito e, sobretudo, consolidou o proprietário rural como um produtor de alimento sustentável, tendo o dever de respeitar e preservar o meio ambiente de onde provem o seu sustento.

Uma das principais inovações trazidas pelo novo Código Florestal foi a criação do Cadastro Ambiental Rural, mais conhecido como CAR. O instrumento é como uma verdadeira carteira de identidade ambiental das propriedades rurais.

Nele irão constar as principais características do imóvel, como tamanho, perímetro, identificação do proprietário/possuidor, dados sobre a documentação do bem (matrícula/posse), geolocalização e identificação das áreas de preservação permanente, reserva legal, remanescentes de vegetação nativa, áreas de uso restrito, de interesse social, utilidade pública e áreas consolidadas.

Obrigatório para todos os imóveis rurais em âmbito nacional, o cadastro somente deverá ser realizado por meio eletrônico, pela internet, por todos os proprietários ou possuidores rurais, sejam pessoas físicas ou jurídicas, privadas ou públicas, inclusive estrangeiras.

O objetivo do cadastro é compor uma base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento, e ainda permite consulta e acompanhamento da situação de regularização ambiental dos imóveis rurais em todo o território nacional.

O Cadastro Ambiental Rural é uma ferramenta essencial para que o produtor rural se adeque a legislação, regularize a sua situação ambiental, saia da ilegalidade e faça uso de todos os benefícios e vantagens que a inscrição poderá lhe dar.

Dentre as principais vantagens e efeitos do cadastro pode-se citar:

- a) regularização das Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal;
- b) suspensão das sanções e infrações administrativas;
- c) viabilização de acesso a créditos bancários em instituições financeiras;
- d) acesso aos Programas de Regularização Ambiental (PRAs) e;
- e) obtenção de direito a venda ou aluguel de ativos florestais excedentes por meio da venda de Cotas de Reserva Ambiental (CRAs).

Observou-se ainda que aqueles que não realizarem o cadastramento dentro do prazo legal até 05 de maio de 2016 não poderão usufruir de todos os benefícios acima relacionados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil é uma potência agrícola, não apenas pela sua capacidade de aumentar a produção de alimentos com avanços tecnológicos, melhoramento genético animal e vegetal, mas também com o desenvolvimento de biocombustíveis (etanol), bioeletricidade (com bagaço da cana de açúcar).

O novo Código Florestal conseguiu corrigir décadas de erros, pois a legislação anterior era inaplicável, inviável e colocou milhares de produtores na irregularidade.

Hoje temos uma legislação bastante protecionista, mas realista e aplicável, que nos trouxe, acima de tudo, segurança jurídica. Mas ainda é imprescindível que os aplicadores da lei, antes de punir, multar ou perseguir o produtor, precisam esclarecer, ensinar, educar e auxiliar, para que todos juntos consigam atingir o bem comum da proteção do meio ambiente.

Sem dúvida, as alterações trouxeram um imenso avanço em termos ambientais se compararmos com o código anterior, porém, ainda há deficiências e lacunas que devem ser solucionadas. Mesmo considerando os ganhos para democracia, a aprovação do texto não põe fim às questões do setor produtivo.

Compatibilizar produção e meio ambiente continuará a ser um desafio que nos acompanhará por muito tempo. Por ora, as novas regras podem ser consideradas adequadas, mas a Sociedade, o Governo e o Congresso devem estar preparados para adaptações futuras.

É necessária a criação de mecanismos para acompanhar os efeitos das medidas previstas na nova legislação e, principalmente, para analisar os custos de implantação dessas medidas e os efeitos efetivos dela para o produtor e meio ambiente.

A nova legislação trouxe ideias, soluções, vantagens e mecanismos importantes para o monitoramento e combate a degradação ambiental. Porém, para que o país continue sendo um dos maiores celeiros e produtores de alimentos do mundo, é primordial a conscientização e educação de produtores, órgãos ambientais, governo, instituições fiscalizadoras, sociedade civil e ONGs sobre a real importância da aplicação destas regras.

Ainda, é fundamental e urgente a implementação de políticas públicas eficientes de informação e principalmente fiscalização de todas as exigências legais.

De nada adianta a criação e implantação de um programa de cadastramento ambiental das propriedades rurais, se não houverem pessoas técnicas capacitadas para monitorar e fiscalizar todas as informações lá prestadas por produtores e possuidores.

Não faltam neste país normas, leis e exigências, mas sim vontade e conscientização política e social de torná-las efetivas.

Caso a mentalidade, cultura e atitude dos atores ligados ao meio ambiente não mude, continuaremos exatamente tomando os mesmos passos que nossos colonizadores portugueses, porém, naquela época os recursos eram abundantes, hoje, se não preservarmos e cuidarmos do pouco que ainda resta, com certeza não restarão recursos naturais para as futuras gerações.

REFERÊNCIAS

AHRENS, Sergio. O “novo” código florestal brasileiro: conceitos jurídicos fundamentais. In: **Congresso Florestal Brasileiro**. 2003. Vol. 8.p. 1-14.

ALMEIDA, O.T.de; CASTELO, T.B.; RIVERO, S.L.de M. **Avaliação dos stakeholders em relação às mudanças na legislação ambiental e reforma do Código Florestal Brasileiro**. In: Desenvolvimento e Meio Ambiente, v.27, p. 163-177, jan.jun. 2013. Editora UFPR.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Comentários ao Novo Código Florestal**. São Paulo: Atlas, 2013.

BARRAL, Welber; PIMENTEL, Luiz Otávio (Org.). **Direito ambiental e desenvolvimento**. Florianópolis, SC: Fundação Boiteux, 2006.

BECK, Carla. **CAR Cadastro Ambiental Rural**. Orientações Sobre o CAR. Sistema Faep, ano I-Edição 2014.

_____. **Novo Código Florestal**. Sistema Faep, ano I, Edição 2012.

BEDOYA, Daniel Velazco; SANTOS, Mariane Crespolini dos . **Reserva Legal: prejuízo ou oportunidade?** Coluna do CEPEA. Junho 2013. Disponível em : http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/DBO_mariane_daniel_jun13.pdf, acessado em: 15/08/2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988** – 05.10.1988 – Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15/08/2015.

BRASIL. **Decreto Federal 7.830/2012**– 17.10.2012 - Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7830.htm, acesso em: 10/08/2015.

BRASIL. **Lei Federal 12.651/2012** - 25.05.2012- Novo Código Florestal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm, acesso em 15/05/2015.

BRASIL. **Lei Federal 12.727/2012**. 17.10.2012 - Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2º do art. 4º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12727.htm, acesso em: 16/08/2015.

BRASIL. **Lei Federal 4.504/1964** –30.11.64- Estatuto da Terra- Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm, acesso em: 05/09/2015.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável. **CAR Cadastro Ambiental Rural**, 2013.

CANAL RURAL. **CAR aperfeiçoa políticas para sustentabilidade, diz governo**. Disponível em: <http://www.canalrural.com.br/noticias/codigo-florestal/car-aperfeicoa-politicas-para-sustentabilidade-diz-governo-56789>, acesso em 21/08/2015.

CARDOSO, Henely; SATOS Katia. **O Novo Código Florestal**. Boletim Informativo do Sistema FAEP nº1197 , Enfim, o novo Código Florestal, Curitiba, p.08-13, semana de 22 a 28 de outubro de 2012.

CARVAHO, Edson Ferreira de. **Curso De Direito Florestal Brasileiro - Sistematizado e Esquematizado - De Acordo Com As Leis 12.651/2012 e 12.727/2012**. Curitiba: Juruá, 2013.

_____. **Meio Ambiente e Direitos Humanos**. Curitiba: Juruá, 2005.

DUARTE, Marisa Costa de Souza. **Meio Ambiente Sadio: direito fundamental em crise**. Curitiba: Juruá , 2003.

FAEP. **Prorrogação do CAR até 2018 é aprovada na Comissão de Agricultura**, 04/09/2015. Disponível em: <http://www.sistemafaep.org.br/prorrogacao-car-ate-2018-e-aprovada-na-comissao-de-agricultura.html>, acesso em: 24/09/2015.

FASIABEN, Maria do Carmo Ramos et al . **Impacto econômico da reserva legal sobre diferentes tipos de unidades de produção agropecuária**. Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília , v. 49, n. 4, p. 1051-1096, dez. 2011 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032011000400010&lng=pt&nrm=iso, acesso em 14 ago. 2015.

FERNANDES, Rayane. **Produto Interno Bruto da agropecuária deve ser de R\$ 1,1 trilhão**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2014/12/produto-interno-bruto-da-agropecuaria-deve-ser-de-rs-1-trilhao>, acesso em 27/08/2015.

FLORESTAS, S. O. S. **Código florestal: entenda o que está em jogo com a reforma da nossa legislação ambiental**. 2011. Disponível em : <http://www.wwf.org.br/informacoes/?27443/Codigo-Florestal-Entenda-o-que-esta-em-jogo-com-a-reforma-de-nossa-legislacao-ambiental>, acesso em 13/08/2015.

Instituto Ambiental do Paraná (IAP). **Paraná passa de 30% das propriedades rurais inscritas no CAR**, 03/09/2015. Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=770&tit=Parana-passa-de-30-das-propriedades-rurais-inscritas-no-CAR>, acesso em: 27/09/2015.

JORNAL DE DOMINGO. **Novo Código Florestal é pela sustentabilidade, diz Delcídio**. Disponível em: <http://www.jornaldedomingo.com.br/noticia/4160/novo-codigo-florestal-e-pela-sustentabilidade-diz-delcidio/> acesso 21/08/2015.

KENGEN, S. **A política Florestal Brasileira: Uma perspectiva Histórica**. 2001 Disponível em : <http://www.ipef.br/publicacoes/tecnica/nr34/convidados.pdf>, acesso em 18/08/2015.

LEÃO, Eduardo. **Código Florestal, Nova Lei Busca Produção com Preservação**. Em Discussão: Revista de Audiências Públicas do Senado Federal, ano 2, nº9, dezembro 2011.

LEHFELD, Lucas de Souza, CARVALHO, Nathan Castelo Branco de, BALBIM, Leonardo Iper Nassif. **Código Florestal Comentado e Anotado (artigo por artigo)**. São Paulo: Método, 2013.

MACHADO, Paulo Affonso Lema. **Inovações na Legislação Ambiental Brasileira: A proteção das florestas**. Escola Superior Dom Helder Câmara. Veredas do Direito. Direito ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/344/252>. Acesso em 08/08/2015.

MOREIRA, Aninha Melo; MENDONÇA, Marcelo Santos de; SANTOS, Marcos Ronielly da Silva e SOUZA, Igor Padilha de. **O Cadastro Ambiental Rural: Uma Ferramenta para o Ordenamento Territorial Ambiental**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus Bragança. Disponível em: http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra_Aninha-Marcelo-Marcos-Igor.pdf, acesso em 14/03/2014.

MOURA, Leonardo Zandonadi. **CAR Cadastro Ambiental Rural, Políticas Públicas para Operacionalizar o CAR**. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Hortalicas/35RO/APP_CAR_HORT.pdf, acesso em: 06/08/2015.

PAPP, Leonardo. **Revisão do Código Florestal Brasileiro: o foco no desenvolvimento sustentável**. In: SODRÉ, Antonio de Azevedo. Novo Código Florestal Comentado. Leme-SP: J.H.Mizuno, 2013. p. 429-433.

_____. **Comentários ao Novo Código Florestal Brasileiro: Lei 12.651/12**. Campinas-SP: Millenium Editora, 2012.

PETERS, Edson Luiz; PANASOLO, Alessandro. **Cadastro Ambiental Rural CAR & Programa de Regularização Ambiental PRA**. 2.ed. Curitiba: Juruá, 2014.

RESENDE, Keila Maria. **Legislação Florestal Brasileira**: uma reconstituição histórica. Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Engenharia Florestal, área de concentração em Manejo Ambiental, para obtenção do título de “Mestre”. Lavras: UFLA, 2006. Disponível em: http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/3383/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_Legisla%C3%A7%C3%A3o%20Florestal%20Brasileira_%20uma%20reconstitui%C3%A7%C3%A3o%20hist%C3%B3rica.pdf, acesso em : 18/08/2015.

RESENDE, Roberto. **Sustentabilidade**: Adequação e Legislação Ambiental ao Meio Rural. São Paulo: Iniciativa Verde, 2013.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. 2ª. Ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

SODRÉ, Antonio de Azevedo. **Novo Código Florestal Comentado**. Leme-SP: J.H.Mizuno, 2013.

SODRÉ, Antonio de Azevedo. **Novo Código Florestal Comentado**. Leme: J.H. Mizuno, 2013.

SPAROVEK, Gerd et al . **A revisão do Código Florestal brasileiro**. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo , n. 89, p. 111-135, mar. 2011 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002011000100007&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 14/08/2015.

STEPHANES, Reinhols. **Código Florestal**: A Lei e Considerações. Brasília, novembro de 2012.

WAINER, Ann Helen. **Legislação ambiental brasileira** : evolução histórica do direito ambiental. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/176003>, acesso em: 18/08/2015.

ZANETTI, Eder. **Meio Ambiente – Setor Florestal**. 2.ed. Revisada e Atualizada. Curitiba: Juruá, 2008.